

**EMPRESA DE INFORMÁTICA E  
INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO  
DE BELO HORIZONTE S/A –  
PRODABEL**

**CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL N° 1/2024**

**PRODABEL**



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**ANALISTA DE RECURSOS  
ESTRATÉGICOS – ADVOCACIA**

**Manhã**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO  
CONSULPLAN**

**CARGO: ANALISTA DE RECURSOS ESTRATÉGICOS – ADVOCACIA**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Tecnologia, inovação e trabalho são feitos de gente**

É evidente a mudança significativa na forma de trabalho, já que a tecnologia está cada vez mais presente no nosso dia a dia. Tem-se falado muito sobre transformação digital, algoritmo, metaverso, mas nos deparamos com questões voltadas para pessoas que não estão sendo observadas como deveriam.

Há um *deficit* educacional gigantesco no Brasil, além da carência de profissionais da área de tecnologia da informação (TI). Segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), a TI precisará de aproximadamente 420 mil profissionais até 2024, mas o sistema educacional brasileiro só capacita 46 mil pessoas com perfil tecnológico por ano. Precisamos investir em educação tecnológica, mas não só isso, também precisamos dar oportunidades.

Estamos falando de tecnologias incríveis nas mãos de poucos. Para se ter uma ideia, de acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva e a empresa PwC, mais de 33,9 milhões de brasileiros não têm sequer acesso à *internet*. Com a chegada do 5G, as escolas privadas que estão nas grandes cidades serão beneficiadas de forma muito mais rápida com a realidade virtual, por exemplo, mas as crianças que estudam em escolas públicas, no interior, não têm a mesma oportunidade.

A tecnologia é importante, é um fator primordial. Mas, no fundo, temos carência em diversos aspectos quando falamos de Brasil, inclusive uma necessidade extrema de pessoas querendo falar com pessoas. Os bancos digitais estão mudando suas configurações para que os clientes possam ser atendidos por pessoas e não por robôs. É uma dicotomia que estamos passando, visto que nunca vivemos momentos tão intensos de *disrupção* digital como agora, sem precedentes históricos. A nossa realidade hoje é completamente diferente e impulsionada por essa transformação digital.

Estamos vendo fins de empregos formais, passando a focar em times com outras habilidades, expertises, exigindo criatividade e capacidade de resolver problemas complexos, alfabetização em dados, equidade e meio ambiente. Temas antes desconhecidos que hoje estão provocando essa grande mudança no mercado de trabalho. Isso implica a necessidade de haver pessoas capacitadas, capazes de tomar decisões, com senso crítico apurado e em condições de agir em ambientes turbulentos e incertos. Por isso afirmamos que a inovação é feita por pessoas. Gente que sente e se emociona com as questões do seu entorno. Gente que tem empatia e se solidariza com os problemas dos colegas. Gente que valoriza a ética. A mudança é a constante em nossa vida, mas compreender que o momento não é só tecnologia nos colocará mais empáticos com todos que estão à nossa volta.

A tecnologia é o meio, um suporte que, de acordo com a Lei de *Moore*, se modifica e dobra a cada dois anos. Por sua vez, as pessoas se modificam e crescem. Ampliam o seu conhecimento a cada nova experiência, o aprendizado é incremental e se amplia a cada nova vivência. E altera também em contato com outras pessoas, com viagens, com leituras, com a própria vida. Cada indivíduo modifica a sua realidade e, ao mesmo tempo, é modificado por ela: um ato recíproco. Essas mudanças apresentam uma velocidade exponencial na tecnologia, alteram o nosso ambiente e pessoas são necessárias para conduzir os processos. Desconsiderar as pessoas e sua importância nesse contexto é eliminar a inovação e a tecnologia.

(OROFINO, Maria Augusta. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2022/11/5054357-artigo-tecnologia-inovacao-e-trabalho-sao-feitos-de-gente.html>. Acesso em: abril de 2024.)

**Questão 01**

De acordo com a leitura do texto, pode-se afirmar acerca do título “Tecnologia, inovação e trabalho são feitos de gente” que:

- A) Mostra-se coerente de acordo com as informações e ideias apresentados.
- B) Antecipa a proposta interventiva exposta pela autora na conclusão textual.
- C) Facilita o entendimento do interlocutor acerca dos conceitos apresentados.
- D) A partir de um questionamento investigativo apresenta uma assertiva verdadeira.

**Questão 02**

Como recurso retórico em textos da tipologia apresentada, pode-se observar, de modo predominante, o emprego da:

- A) Injunção, em que ações são propostas ao interlocutor por meio de reflexões.
- B) Exposição, demonstrando o interesse da autora pelo assunto abordado assim como sua atualidade para a sociedade.
- C) Descrição, assegurando ao leitor compreensão plena do ponto de vista defendido no texto através do detalhamento apresentado.
- D) Argumentação, em que a autora defende seu ponto de vista sobre um assunto acerca do qual podem ser desenvolvidos contra-argumentos.

### Questão 03

Pode-se afirmar que a referência à “*mudança na forma de trabalho*” citada na introdução do texto

- A) é acompanhada de justificativa e exemplificação.
- B) produz expectativa confirmada até o fim do período constituído.
- C) correlaciona-se diretamente com as novas tecnologias e questões deficitárias pontuais.
- D) vislumbra uma perspectiva hipotética diante do que tem sido observado no cotidiano da sociedade.

### Questão 04

Considerando-se as relações sintáticas estabelecidas entre os termos da oração destacados a seguir, identifica-se função diferente das demais estabelecida em:

- A) “Precisamos investir em educação tecnológica, [...]” (2º§)
- B) “Há um deficit educacional gigantesco no Brasil, [...]” (2º§)
- C) “Tem-se falado muito sobre transformação digital, [...]” (1º§)
- D) “É evidente a mudança significativa na forma de trabalho, [...]” (1º§)

### Questão 05

A escolha da pessoa do discurso identificada no texto em análise a partir dos verbos empregados e pronomes demonstra:

- A) Impessoalidade na forma de expor o ponto de vista da autora a partir das escolhas lexicais.
- B) Exposição do ponto de vista de maneira parcialmente impessoal, utilizando a 1ª pessoa do plural.
- C) Defesa do ponto de vista de forma pessoal e objetiva a partir da utilização da 1ª pessoa do plural.
- D) Subjetividade ao expor os argumentos apresentados, considerando o emprego predominante da 3ª pessoa do discurso.

### Questão 06

Quanto ao emprego da crase em “*Para se ter uma ideia, de acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva e a empresa PwC, mais de 33,9 milhões de brasileiros não têm sequer acesso à internet.*” (3º§) pode-se afirmar que:

- A) Em “à internet” é possível observar a obrigatoriedade do emprego da crase assim como do artigo feminino e da preposição “a”.
- B) Devido ao fato de que “internet” é um neologismo incorporado ao vocabulário atual, o emprego da crase, nesse caso, torna-se facultativo.
- C) Caso o termo “acesso” fosse omitido, a expressão “à internet” permaneceria sem alteração visto que o significado contextual permaneceria o mesmo.
- D) Ao substituir “internet” por “rede” a expressão “à internet” seria substituída por “a rede”, já que não haverá uma especificação do termo regido conforme o texto original.

### Questão 07

No segundo parágrafo do texto, a referência à “*Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom)*” demonstra o emprego de um recurso textual que indica:

- A) Possibilidade de adequação da linguagem ao gênero textual em análise.
- B) Reforço de argumento a partir de indicação de domínio reconhecido no assunto.
- C) Utilização da sequência descritiva com objetivo de sustentar as ideias apresentadas.
- D) Fragmentação da sequência textual, enfatizando um agente relacionado ao tema apresentado.

### Questão 08

A partir do reconhecimento do emprego de mecanismos de coesão textual, pode-se afirmar que:

- A) A partir do segmento “*A nossa realidade hoje [...]*” (4º§) é possível identificar o emprego de pronome que demonstra a introdução de um novo referente textual.
- B) No segmento “*A tecnologia é importante, é um fator primordial.*” (4º§), a ausência da expressão “*a tecnologia*” na segunda oração indica a introdução de nova informação.
- C) Em “[...] *mas as crianças que estudam em escolas públicas [...]*” (3º§) o termo destacado contribui para a coesão textual evitando a repetição indevida de termo, retomando-o.
- D) Em “[...] *com a realidade virtual, por exemplo, mas as crianças que estudam em escolas públicas, no interior, [...]*” (3º§) a expressão explicativa destacada atua como elemento de referenciação de coesão textual.

### Questão 09

De acordo com as informações e ideias apresentadas, pode-se afirmar que o posicionamento da autora quanto à solução do problema indicado por ela está expresso em:

- A) Investimento em educação com especificidade tecnológica de forma substancial e exclusiva.
- B) Inclusão tecnológica por meio de oferta de tecnologia de qualidade às minorias para uso pessoal e profissional.
- C) Oferta de oportunidades relacionadas ao tema apresentado acrescida de investimentos na educação voltada para a área da tecnologia.
- D) Comprometimento do poder público e da iniciativa privada com as demandas atuais voltadas para a implementação da tecnologia nos mais diversos ambientes sociais.

### Questão 10

*“Essas mudanças apresentam uma velocidade exponencial na tecnologia, alteram o nosso ambiente e pessoas são necessárias para conduzir os processos.” (6º§) A reescrita do período destacado anteriormente que mantém o sentido e a correção originais está indicada em:*

- A) Uma velocidade exponencial na tecnologia, essas mudanças, apresentam alterando o nosso ambiente e pessoas são necessárias para conduzi-los.
- B) Tais mudanças são apresentadas a uma velocidade exponencial na tecnologia, alteram o nosso ambiente e pessoas são necessárias para conduzir os processos.
- C) Essas mudanças, apresentam uma velocidade exponencial na tecnologia, alterando o nosso ambiente e pessoas são necessárias para conduzir os processos.
- D) Essas mudanças apresentam uma velocidade exponencial na tecnologia e alteram o nosso ambiente, sendo necessário pessoas para conduzir os processos.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 11

Segundo a corrente clássica defendida por Hely Lopes Meirelles, os denominados requisitos ou elementos dos atos administrativos são competência, objeto, forma, motivo e finalidade. Tais elementos constituem os pressupostos necessários para a validade dos atos administrativos, de modo que, sem a observância de qualquer um desses pressupostos, o ato estará contaminado de vício de legalidade, passando, por consequência, a estar sujeito à anulação. Assinale a afirmativa que descreve INCORRETAMENTE o elemento do ato administrativo.

- A) A forma e o motivo são elementos discricionários que compõem o denominado mérito administrativo, situação em que a lei permite aos agentes públicos competentes escolher, diante da situação concreta, qual a melhor maneira de atender ao interesse público, em um juízo de conveniência e oportunidade.
- B) Motivo e motivação não se confundem. Aquele é um requisito do ato administrativo, podendo ser discricionário, que substancia as razões de fato e de direito responsáveis pela extroversão da vontade administrativa. Já a motivação, é a justificativa do pronunciamento tomado, podendo ser contextual ou aliunde.
- C) A competência administrativa é ato vinculado, possuindo natureza de ordem pública, já que sua definição é sempre estabelecida por lei. Ela não se presume, é improrrogável, é inderrogável, mas admite a delegação e avocação, desde que não sejam competências de cunho exclusivo, como a edição de atos normativos e a decisão de recursos.
- D) Segundo a teoria dos motivos determinantes, ao autorizar a transferência ou a remoção de agente público, a Administração vincula-se aos termos do próprio ato, de modo que a morosidade imotivada para a concretização da movimentação do servidor, segundo já decidiu o STJ, viola os motivos determinantes e, por isso, se sujeita a controle judicial. Isso porque a validade do ato administrativo está vinculada à existência e à veracidade dos motivos apontados como fundamentos para a sua decisão, visto que discricionariedade não se confunde com arbitrariedade.

### Questão 12

O ato de improbidade administrativa é a conduta que atinge sobretudo o princípio da moralidade administrativa. A jurisprudência dos tribunais superiores vem fazendo referência à improbidade como uma ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta. Assinale a afirmativa que enquadra corretamente a conduta com o tipo de improbidade previsto na legislação correspondente (Lei nº 8.429/1992), considerando-se existente e provado o dolo específico em todas elas.

- A) Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder benefício tributário contrário à legislação.
- B) Agente público que recebe vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza pratica ato de improbidade que causa prejuízo ao erário presumido.
- C) Agente público que realiza operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares pratica necessariamente ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, nos termos da LIA.
- D) O agente que frustra, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, pratica ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

### Questão 13

**Segundo Carvalho Filho, a Administração Pública Indireta “é o conjunto de pessoas administrativas (denominadas de entidades) que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada”. E continua asserindo que “é o próprio Estado executando algumas de suas funções de forma descentralizada. Seja porque o tipo de atividade tenha mais pertinência para ser executada por outras entidades, seja para obter maior celeridade, eficiência e flexibilidade em seu desempenho, o certo é que tais atividades são exercidas indiretamente ou, o que é o mesmo, descentralizadamente”, sendo as empresas públicas e as sociedades de economia mista exemplos de categorias com características próprias dessas entidades. NÃO são características das sociedades de economia mista:**

- A) Criação por lei, de sorte que independem do registro de ato constitutivo em cartório.
- B) Hibridismo normativo, uma vez que seu regime jurídico se caracteriza pelo influxo de normas de direito público e de direito privado.
- C) Obrigatoriamente são pessoas jurídicas de direito privado sob a forma de sociedade anônima, cuja maioria do capital votante pertence ao ente público a que é vinculado, que controla a entidade, tendo, inclusive, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia.
- D) Podem ser destinadas à exploração de atividade econômica ou à prestação de serviço público. Neste último caso, essas entidades atuam como concessionárias de serviço público, detêm imunidade tributária (impostos), respondem objetivamente pelos prejuízos causados a terceiros, submetem-se à execução por precatórios, estão sujeitas à impetração de mandado de segurança.

### Questão 14

**Os doutrinadores pátrios apresentam diferentes conceitos de serviço público, cada qual enfatiza elementos conceituais distintos. No entanto, é possível identificar alguns elementos comuns capazes de apontar as características fundamentais do serviço público; um desses elementos é a possibilidade de delegação da prestação desses serviços, que poderá ocorrer por meio da permissão ou concessão. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Os serviços públicos *uti universi* podem ser dados em concessão e remunerados pela cobrança de taxas, por criarem vantagens particularizadas, a exemplo da iluminação pública.
- II. Os serviços de coleta, remoção e tratamento de lixo são considerados *uti singuli* pelo STF, e, como tal, podem ser concedidos e custeados pela cobrança de taxas.
- III. A interrupção da continuidade do serviço público após prévio aviso por inadimplemento do usuário viola o princípio da continuidade, que impõe a prestação do serviço público de forma contínua e sem intervalos.
- IV. Telecomunicações e processamento de dados ligados a serviços essenciais são considerados serviços públicos essenciais. Tais serviços são aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) II e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

### Questão 15

**Os princípios do direito administrativo cumprem duas funções precípua: função hermenêutica e integrativa. A hermenêutica é aquela função que se propõe a auxiliar o aplicador do direito que, quando tiver dúvida sobre qual o verdadeiro significado de determinada norma, poderá se utilizar do princípio como ferramenta de esclarecimento sobre o conteúdo do dispositivo analisado. Já a integrativa, diz respeito à finalidade do princípio de suprir lacunas, funcionando como instrumento para preenchimento de vazios normativos em caso de ausência de expresso regramento sobre determinada matéria. Sobre a temática, assinale a afirmativa que indica e descreve corretamente um princípio de direito administrativo.**

- A) Em nome do princípio da indisponibilidade do interesse público, é vedado ao poder público firmar compromisso arbitral, em qualquer hipótese.
- B) O direito à recorribilidade das decisões administrativas é garantia decorrente da ampla defesa, assegurando-se, desse modo, a possibilidade de requerer reexame na própria esfera administrativa de qualquer decisão desfavorável ao administrado a ser analisado pela autoridade imediatamente superior, desde que haja previsão legal nesse sentido por não haver previsão expressa na Constituição Federal.
- C) A participação é princípio do direito administrativo implícito, segundo o qual a lei deverá estimular as formas de participação do usuário na Administração Pública Direta e Indireta, regulando especialmente reclamações relativas à prestação dos serviços públicos, o acesso dos usuários a registros administrativos e informações sobre atos de governo e a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na Administração Pública.
- D) O princípio da supremacia do interesse público e o da indisponibilidade do interesse público, embora sejam relativos e implícitos, ou reconhecidos, na atual ordem jurídica, assim como criticados por parcela da doutrina quanto à existência daquele, podem ser considerados superprincípios, na medida em que refletem uma dualidade permanente no exercício da função administrativa: a oposição entre os poderes da Administração Pública e os direitos dos administrados, respectivamente. Nesse sentido, a imperatividade, a exigibilidade e a executoriedade dos atos administrativos, bem como o poder de autotutela, são também desdobramentos da noção de supremacia do interesse público sobre o privado.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 16**

**A reclamação constitucional**

- A) possui previsão regimental e constitucional, mas não no Código de Processo Civil de 2015.
- B) pode ser manejada contra omissão ou ato da Administração Pública e independe do esgotamento das vias administrativas.
- C) permite o exercício do controle difuso da declaração de inconstitucionalidade como questão prejudicial incidental, e não como pedido principal.
- D) por previsão expressa constitucional, pode ser manejada para garantir observância de tese jurídica firmada em acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas.

**Questão 17**

**De acordo com o Decreto-Lei nº 201/1967 e com o entendimento dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta relacionada aos crimes de responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores:**

- A) Possuem natureza infrações político-administrativas e sujeitam os Prefeitos Municipais ao julgamento pelo Poder Judiciário em todos os casos.
- B) São processados mediante normas de competência legislativa comum da União, Estados e Municípios, cujas disposições para processo e julgamento devem estar previstas nas respectivas Constituições estaduais.
- C) Ocorrem no caso em que os Prefeitos Municipais neguem execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixem de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente.
- D) Após condenação definitiva, acarretam a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de dez anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

**Questão 18**

**De acordo com a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta relacionada ao direito à proteção dos dados pessoais.**

- A) A sua previsão constitucional consiste em norma constitucional originária.
- B) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o tratamento de dados pessoais.
- C) A Constituição Federal dispõe expressamente que o direito à proteção aos dados pessoais se aplica nos meios digitais.
- D) É de competência privativa da União legislar sobre a proteção de dados pessoais, mas os Estados e Municípios podem legislar sobre o tratamento desses dados.

**Questão 19**

**De acordo com a Constituição Federal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta relacionada ao *habeas data*.**

- A) Pode ser ajuizado em face de entidades governamentais ou entidades privadas de caráter público.
- B) É decorrência do direito de obtenção de certidão e independe da comprovação da recusa de acesso à informação pessoal.
- C) Pode ser manejado para obtenção de informações de terceiros, desde que demonstrado o interesse público ou interesse para defesa de direitos.
- D) Pode ser manejado como meio para a obtenção de cópia de autos de processo administrativo disciplinar, em que o autor figure como investigado.

**Questão 20**

**De acordo com expressa previsão na Constituição Federal, é VEDADA a edição de medidas provisórias sobre**

- A) proteção e acesso a dados pessoais.
- B) princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da *internet* no Brasil.
- C) regime especial para pagamentos de crédito de precatórios dos Estados e Municípios.
- D) tratamento tributário das atividades de exploração e desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Questão 21**

Analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- A) O Código Tributário Nacional é uma Lei Ordinária, mas ainda continua em vigor por força da Teoria da Recepção.
- B) A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, pode estabelecer limitações ao poder de tributar, segundo a Constituição Federal de 1988.
- C) A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, pode disciplinar conflitos de competência tributária entre União, Estados e Municípios, conforme disposto na Constituição Federal de 1988.
- D) O Código Tributário Nacional não pode disciplinar o Sistema Tributário Nacional, por não se tratar de Lei Complementar, tendo sido tacitamente revogado pela Constituição Federal de 1988.

**Questão 22**

**A empresa XYZ, sociedade de economia mista constituída em 2007 com sede em Belo Horizonte, passou por um processo de cisão parcial em 2016, devidamente aprovado em assembleia geral, originando uma nova entidade sediada em Poços de Caldas, denominada 123. A principal atividade da XYZ era o processamento de dados e elaboração de softwares para o poder público, sendo que a cisão foi realizada exatamente para repartir as duas divisões de negócios da XYZ em empresas diversas e autônomas entre si, atuando cada uma em seu respectivo município. Desta forma, todos os softwares outrora pertencentes à XYZ passaram à titularidade da 123, por ocasião do processo de cisão. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.**

- A) Nessa operação, a XYZ deveria ter recolhido o ITCD sobre os softwares cedidos à 123, pelo seu respectivo valor de mercado, desde 2016.
- B) A 123 responde solidariamente pelo recolhimento do ISS da XYZ ao Município de Poços de Caldas a partir de 2016, quando de sua constituição.
- C) As sociedades de economia mista têm a maioria do seu capital votante nas mãos do poder público, não sofrendo tributação pela União, Estados e Municípios.
- D) A cisão parcial não tem natureza de doação, devendo a 123 permanecer responsável pela sua respectiva tributação como qualquer entidade privada, sucedendo a XYZ em seus direitos e obrigações.

**Questão 23**

**A empresa XPTO oferece uma mercadoria aos seus clientes pelo valor de R\$ 1.000,00, caso o próprio cliente se responsabilize pela retirada na loja. Alternativamente, cobra R\$ 1.200,00, pelo mesmo produto, se o cliente optar por receber a mercadoria em casa e contratar serviço de instalação e montagem pela própria XPTO. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.**

- A) Em qualquer cenário, o ICMS incidirá sobre a integralidade do valor da operação, inclusive o frete e o serviço de instalação e montagem.
- B) Na venda por R\$ 1.200,00 o ISS incidirá sobre o valor do frete, por se tratar de transporte dentro do próprio município, e sobre o valor da instalação e montagem.
- C) Em ambos os casos, o ICMS incidirá sobre R\$ 1.200,00 pois a não cobrança do frete e do serviço de instalação e montagem será considerado um “desconto condicionado”, já que exige a retirada da mercadoria no estabelecimento pelo cliente.
- D) Na venda por R\$ 1.200,00 apenas a parcela do frete deve integrar a base de cálculo do ICMS, devendo ser segregado o serviço de instalação e montagem, emitindo-se nota fiscal de serviço e recolhendo-se o respectivo montante do ISS com relação a essa parcela.

**Questão 24**

**A legislação do Município “A”, vizinho à cidade “B”, prevê que os seus contribuintes do ISS poderão descontar todos os tributos federais incidentes sobre cada prestação de serviço, o que resultará em uma carga efetiva do imposto de 2,5%. A empresa XYZ, com sede na cidade “B” e dedicada à prestação de serviço de fornecimento de mão de obra, passa por dificuldades financeiras e precisa tomar uma medida de contenção tributária. A cidade “B” exige 5% de ISS, e a maioria dos clientes da XYZ se encontra neste segundo município. Como consultor da XYZ, assinale a afirmativa correta.**

- A) A XYZ poderia abrir uma filial no Município “A”, transformando a sua sede em mero escritório administrativo, o que lhe traria economia tributária.
- B) O valor do ISS exigido pelo Município “B” seria indiferente para a XYZ, uma vez que o seu serviço deve ser tributado no município de domicílio do tomador do serviço.
- C) A XYZ deveria transferir a sua sede para o Município “A”, convertendo o estabelecimento na cidade “B” em mera filial, com atividade de escritório administrativo.
- D) Não faria sentido qualquer mudança na operação da XYZ, pois a legislação do Município “A” seria considerada “guerra fiscal”, já que permitiria a incidência do ISS em patamar inferior a 3%, sujeitando a XYZ ao risco de recolher 0,5% adicionais ao Município A.

**Questão 25**

**Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta sobre os tributos indiretos.**

- I. É correto afirmar que incidem sobre a renda proveniente da cadeia produtiva, sendo suportados pelo seu beneficiário econômico, cujo maior exemplo seriam os produtores de bens e prestadores de serviços.
- II. São considerados não cumulativos, podendo ser compensados ao longo da cadeia de circulação de bens e serviços, cujo recolhimento incumbe a entidades da administração indireta.
- III. São considerados progressivos, pois a sua carga aumenta de acordo com o benefício econômico experimentado pelo contribuinte, acompanhando assim a sua capacidade contributiva.
- IV. Podem ser federais, estaduais ou municipais, conforme o caso, cujos maiores exemplos seriam o PIS/COFINS, ICMS, IPI, ISS, IPTU e ITCMD.
- V. São suportados por terceiros que adquirem produtos ou tomam serviços, salvo no caso de substituição tributária, quando então será recolhido e pago pelo prestador do serviço ou produtor do bem.

**Está INCORRETO o que se afirma em**

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II e V, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.

**DIREITO DO TRABALHO**

**Questão 26**

**O Supremo Tribunal Federal pacificou a questão da autonomia negocial coletiva, fixando tese jurídica para o Tema 1046 de sua tabela de repercussão geral, nos seguintes termos: “são constitucionais os acordos e as convenções coletivas que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis”. Nesse sentido, consagrou a tese da prevalência do negociado sobre o legislado e da flexibilização das normas legais trabalhistas. Na esteira da Carta Magna, a reforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467) veio a parametrizar a negociação coletiva, elencando quais os direitos que seriam (CLT, Art. 611-A) ou não (CLT, Art. 611-B) negociáveis coletivamente. Constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos, EXCETO:**

- A) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- B) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.
- C) Bolsa e auxílio-transporte para estagiário, na hipótese de estágio obrigatório.
- D) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

**Questão 27**

**Sobre a temática da organização sindical no Brasil, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) Considera-se central sindical a entidade de representação dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, como ente associativo privado, composto por organizações sindicais de trabalhadores e que atenda aos requisitos de filiação mínimos legalmente estabelecidos.
- ( ) A base territorial mínima dos sindicatos brasileiros é o Município, sendo permitida, no entanto, a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, a qual será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados.
- ( ) O sindicato tem legitimidade para atuar como substituto processual na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos da categoria que representa, sendo desnecessária a expressa autorização dos sindicalizados para a substituição processual.
- ( ) As Federações resultam da conjugação de, pelo menos, três sindicatos da mesma categoria profissional, diferenciada ou econômica. Já as Confederações, resultam da conjugação de, pelo menos, cinco federações, respeitadas as respectivas categorias, tendo sede em Brasília.

**A sequência está correta em**

- A) V, F, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, V.
- D) F, F, V, F.



### Questão 28

Consoante estabelece o artigo 461, *caput*, da CLT, os empregados terão salários equivalentes quando exercerem idêntica função em prol do mesmo empregador e esteja configurada a igualdade do valor do trabalho no mesmo estabelecimento empresarial. Dessa forma, o aludido dispositivo trata do princípio da igualdade salarial, segundo o qual deve haver uniformidade na remuneração dos trabalhadores ao desempenharem atividades laborais análogas. Como todo princípio, o de igualdade salarial também sofre algumas exceções, as quais se referem, EXCETO:

- A) À contratação por experiência.
- B) À existência de regulamentação profissional.
- C) À Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.
- D) À existência de quadro de carreira ou plano de cargos e salários.

### Questão 29

A rescisão contratual corresponde às modalidades de ruptura contratual por exercício lícito da vontade das partes. Entre elas, podemos citar o pedido de demissão, que consiste na declaração unilateral de vontade do empregado com poderes para colocar fim ao contrato de trabalho que o vincula ao respectivo empregador. Ao denunciar o contrato, o próprio trabalhador é que compromete a incidência e eficácia dos princípios justralhistas da continuidade da relação de emprego e da norma mais favorável, princípios construídos em seu favor. A partir do esclarecimento anterior, analise o seguinte caso: Marco Aurélio foi contratado pela empresa Roma para exercer a função de porteiro, com anotação da admissão em sua CTPS com data de 27 de setembro de 2019, recebendo o piso salarial da categoria. Eventualmente, laborava em horário extraordinário, cujas horas eram quitadas no último dia do mês, data do pagamento do salário, com emissão regular do contracheque. Em 10 de março de 2024, por questões de foro íntimo, decidiu se desligar da empresa, formalizando o seu pedido de demissão. Diante do pedido de demissão, a parcela a seguir que o empregado Marco Aurélio NÃO fará jus ao seu recebimento no acerto rescisório será:

- A) Proporcionalidade do aviso prévio.
- B) Gratificação natalina proporcional.
- C) Férias proporcionais, acrescidas do terço constitucional.
- D) Horas extras efetivamente prestadas, com o adicional respectivo.

### Questão 30

A suspensão contratual é a sustação temporária dos principais efeitos do contrato de trabalho no tocante às partes, em virtude de um fato juridicamente relevante, sem ruptura, contudo, do vínculo contratual formado. É a sustação ampliada e recíproca de efeitos contratuais, preservado, porém, o vínculo entre as partes. Sobre a suspensão do contrato de trabalho, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É hipótese de suspensão do contrato de trabalho o afastamento por um dia, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- B) Assegura-se o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado, não obstante suspenso o contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez.
- C) O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado.
- D) É caso de suspensão do contrato de trabalho por motivo estranho à efetiva vontade do trabalhador a aposentadoria provisória, sendo o obreiro considerado incapacitado para trabalhar. Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 31

A PRODABEL é uma das unidades que compõem a Administração Indireta da Prefeitura de Belo Horizonte, constando da estrutura hierárquica municipal e ligada à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Quanto à responsabilidade fiscal da Prodabel, assinale a afirmativa correta.

- A) Ainda que seja controlada pela Prefeitura, a empresa dispõe de autonomia gerencial, orçamentária e financeira.
- B) Por ser uma empresa estatal independente, está sujeita aos limites e condições estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- C) Os recursos a destinados à empresa e os serviços por ela fornecidos devem ser incluídos nas notas explicativas dos balanços trimestrais da Prefeitura.
- D) As demonstrações contábeis da Prefeitura devem compreender as transações e operações apenas dos órgãos, fundos ou entidades da administração direta.

### Questão 32

A PRODABEL é uma Sociedade de Economia Mista que recebe mensalmente recursos financeiros destinados ao custeio de suas atividades. Este repasse é feito pelo seu acionista controlador, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, sendo o orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) municipal. Em relação à LOA, assinale a afirmativa correta.

- A) A iniciativa da elaboração da proposta orçamentária anual é do Poder Legislativo.
- B) É constituída por três orçamentos: fiscal, previdência social e investimentos das empresas.
- C) É elaborada pelo Poder Executivo e apreciada e aprovada pelo Poder Legislativo, com moderação do Poder Judiciário.
- D) A LOA não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a contratação de operações de crédito.

### Questão 33

A respeito das regras atinentes aos contratos firmados, segundo a Lei Federal nº 13.303/2016, analise as afirmativas a seguir.

- I. Admite-se a celebração de contrato por prazo indeterminado nos casos em que seja prática rotineira de mercado e a imposição de prazo determinado inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.
- II. A empresa Alfa, na condição de contratada, poderá subcontratar parte do serviço à empresa Beta, participante do procedimento licitatório do qual se originou a contratação, desde que até o limite admitido e se previsto no edital do certame.
- III. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas passam a ser propriedade da empresa pública ou sociedade de economia mista que os tenha contratado, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.

### Questão 34

Ananias, analista jurídico da Prodabel, recebe determinado processo interno tendente a deflagrar processo licitatório no âmbito da entidade, para revisão e parecer. De acordo com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, no que concerne ao objeto da licitação, é uma diretriz correta a ser observada por Ananias em sua análise:

- A) O parcelamento do objeto, cuja decisão cabe à assessoria jurídica, deverá ser realizado sempre que atinja valores inferiores aos limites para contratação direta em razão do valor.
- B) A área demandante pode exigir, como condição para habilitação, certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, pertinente ao objeto a ser contratado, com a devida justificativa.
- C) Quando necessária prévia apresentação de amostra do objeto, nos termos do edital da licitação, tal exigência poderá se dar no procedimento de pré-qualificação e na fase de verificação da efetividade da proposta.
- D) Na definição do objeto, a indicação de exigência de marca é medida excepcional e somente admissível nas hipóteses previstas em Regulamento, vedada tal indicação para fins de padronização de parque tecnológico.

### Questão 35

O domínio das expressões técnicas aplicáveis ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Prodabel é de fundamental importância para o bom desempenho das atribuições dos cargos da entidade. Tendo em vista o Glossário do referido Regulamento, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Contratação Integrada é a contratação celebrada sem realização de processo licitatório prévio.
- ( ) A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.
- ( ) A apostila é a anotação ou registro administrativo feito no contrato ou nos demais instrumentos hábeis que o substituem, normalmente, na última página ou juntada, por meio de outro documento, e pode ser utilizado em situações em que haja alterações contratuais, tal qual a extensão do prazo de vigência.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, F, F.

**Questão 36**

Em reunião de trabalho, Tício e Mévio, analistas da PRODABEL, trocam ideias a respeito do estatuto jurídico aplicável às empresas estatais de Belo Horizonte, especificamente de acordo com o Decreto Municipal nº 16.935/2018. Tício manifesta ao seu colega que a sociedade de economia mista será constituída sob a forma de sociedade anônima e seu capital social será constituído de recursos provenientes exclusivamente do setor público. Mévio, a seu turno, afirmou que a empresa pública adotará, preferencialmente, a forma de sociedade anônima, e poderá lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações. Da análise do debate entre Tício e Mévio, é possível concluir que:

- A) Ambos estão corretos.
- B) Apenas Tício está correto.
- C) Ambos estão equivocados.
- D) Apenas Mévio está correto.

**Questão 37**

De acordo com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL, analise as afirmativas a seguir sobre a atuação da assessoria jurídica da entidade.

- I. Antes da homologação do certame licitatório, o processo deverá ser remetido à área jurídica para análise dos requisitos formais da fase externa, ficando a autoridade competente vinculada aos termos do parecer.
- II. A licitação para registro de preços com previsão de órgão gerenciador e participante deve seguir os procedimentos internos do órgão gerenciador, pelo que o edital e documentos anexos devem ser submetidos à assessoria jurídica apenas do órgão gerenciador.
- III. O processo de adesão à ata de registro de preços prescinde de parecer jurídico.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

**Questão 38**

Mariana, em seus estudos sobre a Lei nº 13.303/2016, conclui que todas as afirmativas a seguir estão corretas a respeito dos requisitos de transparência, a EXCEÇÃO de uma; assinale-a.

- A) Divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.
- B) Divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.
- C) Fazer constar do Código de Conduta e Integridade, aplicável à alta administração, a vedação à divulgação, sem autorização do órgão competente da empresa pública ou da sociedade de economia mista, de informação que possa causar impacto na cotação dos títulos da empresa pública ou da sociedade de economia mista e em suas relações com o mercado ou com consumidores e fornecedores.
- D) Elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.

**Questão 39**

José, analista da área jurídica da PRODABEL, incumbido de revisar minuta de contrato a ser firmado pela entidade, se depara com documento que contém as seguintes previsões:

- I. Arbitragem dos conflitos que versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis, inclusive quando envolver o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- II. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de ter sido prestada na modalidade de caução em dinheiro.
- III. Possibilidade de prorrogação dos prazos de execução da obrigação pelo contratado mediante simples apostilamento, desde que não extrapolem o prazo de vigência e atendidos os demais requisitos pertinentes.

De acordo com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Prodabel e com a Lei Federal nº 13.303/2016, são válidas as previsões contidas em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

### Questão 40

Em determinado processo licitatório da PRODABEL, após o agente de licitação declarar vencedor o licitante autor da melhor proposta e que atendeu a todas as condições do edital, um dos licitantes manifestou intenção de recorrer e, em seguida, apresentou as razões do recurso. Ocorre que o agente da licitação não conheceu do recurso já nesta fase. Sabendo de que não se trata de um pregão eletrônico e de que não houve inversão das fases do processo licitatório, de acordo com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, constitui motivo válido para a decisão do agente da licitação:

- A) Discordância de mérito com os motivos apresentados pelo licitante.
- B) Manifestação de intenção de recorrer dois dias úteis após a declaração do vencedor.
- C) Falta de indicação, na intenção de recorrer, de dispositivos legais ou regulamentares violados.
- D) Inovação de motivos nas razões do recurso, contemplando argumentos não indicados expressamente na sessão pública.

### Questão 41

Analise as afirmativas a seguir.

- I. São impedidas de participar de licitações e serem contratadas pela Prodabel as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido a penalidade de impedimento de licitar e contratar, desde que aplicada pela Administração Pública Municipal de Belo Horizonte, enquanto perdurar a sanção, nos termos do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.
- II. São impedidas de participar de licitações e serem contratadas pela Prodabel as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido a penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021 e/ou no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública, direta ou indireta de qualquer esfera governamental, enquanto perdurar a sanção, nos termos do Decreto Municipal nº 18.096/2022 ou que tenha sofrido a sanção prevista no artigo 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, aplicado pela Prodabel, enquanto perdurarem seus efeitos.

Considerando o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Prodabel, assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I e II estão corretas.
- B) As afirmativas I e II estão incorretas.
- C) A afirmativa I está correta; a II está incorreta.
- D) A afirmativa II está correta; a I está incorreta.

### Questão 42

A Lei nº 13.303/2016 aduz que na licitação e contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista contratação integrada é aquela que

- A) evidencia conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- B) envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- C) trata de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada.
- D) trata do conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos.

### Questão 43

Tendo em vista o disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL, em relação à Qualificação Econômico-Financeira, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio de cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório.
- B) Na hipótese em que a certidão para recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, devem os licitantes apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.
- C) Nas situações em que as empresas licitantes não atinjam valor maior ou igual ao valor do índice previsto no edital, poderá comprovar na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD), instituída pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil.
- D) É permitido exigir no edital, conforme a complexidade e os riscos envolvidos na contratação, para avaliar a capacidade econômica e financeira dos licitantes, dentre outros documentos e informações o balanço patrimonial, já exigível e apresentado na forma da lei; e, a certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.

**Questão 44**

**Tendo em vista o procedimento da licitação e considerando, exclusivamente, o disposto na Lei Federal nº 13.303/2016, assinale a afirmativa correta.**

- A) É defeso à entidade adotar a combinação de critérios de julgamento quando houver o parcelamento do objeto da licitação.
- B) A anulação da licitação induz à do contrato e, quando gerada por motivo de ilegalidade, acarreta na obrigação de indenizar.
- C) Via de regra, a fase de habilitação precederá as fases de apresentação de lances ou propostas, julgamento, verificação de efetividade dos lances ou propostas e negociação.
- D) Quando for utilizado o critério de julgamento de melhor combinação de técnica e preço, a avaliação das propostas técnicas e de preço considerará o percentual de ponderação mais relevante, limitado a setenta por cento.

**Questão 45**

**À luz da Lei nº 13.303/2016, a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária um Comitê como órgão auxiliar do Conselho de Administração e que terá como competência, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista, tais como opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente; supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa pública ou da sociedade de economia mista, dentre outras. A esse órgão dá-se o nome de:**

- A) Comitê Fiscalizador.
- B) Comitê de Auditoria Estatutário.
- C) Comitê de Auditoria e Transparência.
- D) Comitê de Caráter Geral sobre Licitações e Contratos.

**Questão 46**

**A Lei nº 13.303/2016 expressamente dispõe que a exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de**

- A) avaliação das necessidades de novos aportes sociais e dos possíveis riscos.
- B) vinculação com o objeto social ou aderência ao plano de negócios da empresa estatal investidora.
- C) relatório de risco das contratações para execução de obras, fornecimento de bens e prestação de serviços relevantes para os interesses sociais.
- D) prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos do *caput* do Art. 173 da Constituição Federal.

**Questão 47**

**À luz do Decreto nº 16.935/2018 trata-se de condição para a investidura em cargo de diretoria da empresa estatal**

- A) ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da empresa estatal, cujo vínculo tenha sido exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa.
- B) a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, ao qual incumbe fiscalizar o seu cumprimento.
- C) ter exercido função de Gestor da unidade de licitações ou de unidade técnica cuja as atividades se assemelham à empresa estatal para o qual está sendo designado para o cargo de diretor.
- D) conhecimentos sobre edital de licitação e seus documentos anexos, homologação do processo licitatório, ratificação de contratação direta, bem como sobre contratos, aditivos, rescisão e aplicação de sanções, conforme alçadas definidas em Portarias e Normativos internos da empresa.

**Questão 48**

**A PRODABEL é uma sociedade de economia mista; sendo assim, está sujeita a normas legais específicas, que se relacionam com a sua natureza jurídica. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais pelo poder público. No que tange às normas da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, podemos afirmar que, relativamente ao tratamento de dados pessoais pelo poder público, por empresas de economia mista, as sociedades de economia mista**

- A) têm o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do poder público.
- B) têm o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares.
- C) não estão sujeitas à LGPD, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelo poder público, uma vez que são expressamente proibidas de tratar dados sob esta rubrica. Apenas órgãos públicos podem utilizar esta hipótese de tratamento de dados.
- D) que atuam em regime de concorrência, têm o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares. As sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, têm o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do poder público.

**Questão 49**

O Município de Belo Horizonte tem acesso, dentre suas atividades de governo, a diversos dados pessoais dos munícipes. Objetivando a execução de política pública aprovada em lei, foi requerido à PRODABEL o tratamento de dados relativo aos munícipes, dentro dos padrões aprovados pela regulamentação da política a ser executada. Sobre as questões atinentes a esse tratamento de dados específico, assinale a afirmativa correta.

- A) Caso exista um incidente de dados, causando dano a um munícipe específico, decorrente de descumprimento da legislação de proteção de dados por parte do operador, neste tratamento específico, a PRODABEL e o Município responderão solidariamente por este dano.
- B) Os munícipes não podem, devido à base (hipótese) de tratamento negar que seus dados sejam utilizados para a execução da política pública em questão. Nem podem requerer acesso aos seus próprios dados tratados, para conhecimento do que foi tratado e de que forma foi tratado pela PRODABEL.
- C) Os munícipes que tiveram seus dados tratados, nesta hipótese, sabendo de existência de inexatidão ou desatualização dos seus dados não podem requerer a correção destes ao poder público. Podem ofertá-los, por outro lado, ao operador ou encarregado de dados, que podem, *ex officio*, proceder à correção em questão.
- D) Caso o Município, no caso concreto, transfira dados a que tenha acesso a qualquer entidade privada, sem o expresse consentimento do munícipe, ocorrerá um incidente de dados e violação da norma. Mesmo que seja o caso de execução descentralizada de atividade pública, esta transferência de dados exigiria, por determinação legal, a expressa autorização do titular dos dados.

**Questão 50**

Sobre as normas legais presentes na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) – Lei nº 13.709/2018, analise as afirmativas a seguir.

- I. Dado pessoal sensível é definido legalmente como sendo: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- II. O tratamento de dados pessoais sensíveis pode ser feito, sem o consentimento do titular, para a execução de políticas públicas previstas em lei ou rolamentos, não ficando restritos aos dados pessoais sensíveis essenciais à realização da atividade pública, podendo serem tratados também dados que possam eventualmente serem úteis a outras atividades futuras, ainda que não previstas.
- III. Relatório de impacto à proteção de dados pessoais é definido legalmente como sendo: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados de toda e qualquer natureza, o nível de risco de divulgação destes e seu potencial impacto financeiro e social, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco e documentação técnica com indicação de softwares e medidas físicas de proteção ao local de armazenamento destes dados.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (um) parecer jurídico sobre o tema específico da área respectiva do cargo. Será avaliada em 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 60 (vinte) linhas e máxima de 80 (trinta) linhas. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos nos no subitem 6.2.9.1 do edital.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Argumentação, fundamentação jurídica e pertinência ao tema – AF – (conhecimento jurídico, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações);	
Coerência e Coesão - CC (organização adequada da estrutura correta do parecer);	
Conclusão do parecer jurídico - CO (finalização do parecer, opinião fundamentada, pertinência à legislação e jurisprudência)	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIIS	9 pontos
Coerência e Coesão – CC (continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores).	
Morfossintaxe – M – (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome).	
Pontuação, acentuação e ortografia - PO.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 9 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

A PRODABEL S/A lançou um edital para contratação de certa empresa para a execução de determinada obra de construção de um galpão na espécie de contratação semi-integrada. O edital foi elaborado de acordo com as disposições da Lei nº 13.303/2016. Durante a fase de habilitação, a empresa “Construtora Nova Era Ltda.” foi desclassificada pela comissão de licitação por apresentar um balanço patrimonial com inconsistências. A empresa contesta a decisão, alegando que as exigências contidas no edital são desproporcionais e que possui capacidade técnica e operacional para realizar o empreendimento. Além disso, após a abertura dos envelopes contendo as propostas, constatou-se que a empresa “Engenharia Progresso S.A.” apresentou o menor preço; porém, há suspeitas de que a proposta seja inexecuível, uma vez que está muito abaixo dos valores de mercado e dos custos estimados para a realização da obra.

**Diante dessa situação, a PRODABEL S/A solicita um parecer jurídico para orientar os próximos passos a serem adotados, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016 e visando garantir a legalidade e a eficiência do processo licitatório. O texto apresentado deverá ser conciso, coeso e fundamentado, e, ainda, evidenciar a forma estética do parecer e sua conclusão.**

**PROVA DISCURSIVA**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	



CONCURSO PÚBLICO – EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE  
S/A – PRODABEL

35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	

CONCURSO PÚBLICO – EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE  
S/A – PRODABEL

70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	



## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha e 1 (uma) dissertação para todos os cargos, exceto, para o cargo de Analista de Recursos Estratégicos – Advocacia que terá 1 (um) parecer jurídico.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.